



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



cosems | GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

### RESUMO EXECUTIVO

#### 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE GESTÃO E GOVERNANÇA

**Data:** 15/09/2021    **Horário:** 9:00 horas

**Dr. Mauro Theobald – Superintendente da Gestão Integrada/SGI**

**Dr. Ricardo Nunes – SGI/GPI**

**Abertura dos trabalhos e leitura das pautas foram feitas pelo Coordenador da reunião Dr. Mauro Theobald - SGI/SES.**

#### 1. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO:

**1.1 – O Município de Cachoeira Dourada solicita revisão da PPI. (SMS Cachoeira Dourada).**

#### RESUMO DA DISCUSSÃO:

**Dra. Delzana – Regional de Saúde Itumbiara** - representou o município de Cachoeira Dourada, a pedido do município, para fazer a solicitação da revisão da PPI, tanto de abrangência. Na parte de abrangência é um serviço de oftalmologia ambulatorio e hospitalar, levando o serviço para Aparecida de Goiânia, que faz parte da mesma Macrorregião Sul, portanto houve esse acordo entre os secretários. Disse ainda que junto com o serviço de oftalmologia será realizado por Aparecida também o diagnóstico de cardiologia, diagnóstico em gastroenterologia, vascular e eletroneuromiografia, sendo esses os serviços de referência que estão sendo retirados de Goiânia e indo para Aparecida. Continuou dizendo que foram realocados também o serviço de tomografia e ressonância que estavam programados em Morrinhos, pois apesar de ser da mesma Região de Saúde a localização não é favorável. Todas essas modificações já foram passadas em CIR.



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



cosems | GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

**Dr. Luciano Moura – SMS Aparecida de Goiânia** - manifestou-se favorável e reiterou a disponibilidade do seu município em relação à pauta.

**Verônica Savatin Worttrich – Presidente COSEMS** - disse que o COSEMS é favorável mas pontuou ao dr. Mauro que é necessário colocar as especificações na pauta, pois a pauta não cita tudo que dra. Delzana relatou durante sua fala. Acrescentou que sabe que quando for enviada ao dr. Ricardo será relatado tudo, porém é importante constar na CIB quais são essas alterações, assim já vai direto para apresentação e pactuação na CIB.

**Dra. Delzana – Regional de Saúde Itumbiara** - confirmou que tudo já foi encaminhado ao Dr. Ricardo.

**Dra. Verônica Savatin Worttrich – Presidente COSEMS** pediu para Lirce acrescentar na pauta da CIB do dia seguinte.

**ENCAMINHAMENTO: vai para a pauta da CIB.**

**Dr. Mauro Theobald – Superintendente da Gestão Integrada/SGI** - sugeriu deixar a pauta 2.1 para o final e a Dra. Verônica concordou.

## 2. DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO

**2.1 – Pactuar a transferência da gestão e regulação das unidades de saúde estaduais, localizadas no município de Goiânia, Hospital de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz (HUGO), Hospital Estadual de Urgências Governador Otávio Lage de Siqueira (HUGOL), Hospital Estadual Materno Infantil Dr. Jurandir do Nascimento (HMI), Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (HEMNSL), Hospital Estadual Dr. Alberto Rassi (HGG), Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad (HDT), Centro de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade (CEAP-SOL), Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (CRER), Hospital Estadual de Dermatologia Sanitária – Colônia Santa Marta (HDS), Centro Estadual de Odontologia Sebastião Alves Ribeiro (COEG), Centro Estadual de Referência em Medicina Integrativa e Complementar (CREMIC), para a Secretaria de Estado da Saúde, a partir da competência outubro de 2021. (GPI/SGI)**



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS | GO



Comissão Intergestores Bipartite

### COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

**Dr. Ricardo Nunes - GPI/SGI** - fez a apresentação da proposta de transferência da Gestão e Regulação das Unidades de Saúde estaduais que atualmente estão sob gestão do município de Goiânia, para a Secretaria de Estado da Saúde, projetando alguns dados que fundamentam a proposta, entre eles os leitos de UTI, concentrados nos municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis, causando dificuldade de acesso por pacientes dos demais municípios do interior do Estado, evidenciando os vazios assistenciais nas Regiões e Macrorregiões. Enfatizou que no ranking nacional de recursos MAC (MS,2021) Goiás se encontra em 21º lugar, significando grande perda de recursos, tendo como principais razões para isso a glosa de procedimentos realizados pelas Unidades do Estado devido a falta de registros no CNES e/ou serviços não habilitados. Essas glosas impactam em todo o Estado. Ocorre prejuízo em outros recursos federais disponibilizados pelo Governo Federal. Acrescentou que 43% do teto MAC do Estado se concentra em Goiânia e que a transferência da Gestão e Regulação das Unidades, para o Estado não gera impacto para os municípios porque os serviços prestados são da responsabilidade do Estado, então os recursos que os municípios repassam para Goiânia, atualmente, na PPI ficarão para os municípios prestarem assistência e contratarem outros serviços não disponíveis nessas unidades para ampliarem o escopo de serviços prestados à população.

**Dr. Sérgio Nakamura - SMS de Goiânia** - diz que a situação de glosas se deve a não solicitação por parte da SES de habilitação de serviços e também que o CRER que consta na lista no CNES, se apresenta como Unidade filantrópica e não como pública do Estado, que diante disso é preciso mudar o CNES. Por isso, considera que essas questões não são fáceis e por isso têm que serem discutidas item por item, unidade por unidade, SES com o município de Goiânia, antes de chegarem no GT da CIB. Questiona, ainda, como não haveria impacto, uma vez, se existe o PCEP e com ele o município de Goiânia passa do MAC quase 100 milhões de reais para o Estado. Se passar a gestão sai do município esses recursos para o Estado, ou o Estado não vai querer esse recurso do MAC? Ainda, que essas Unidades estão sob Gestão e Regulação de Goiânia desde a municipalização referendadas pelo pacto de 2006, observando a legislação SUS. Pergunta, ainda, como seria essa transição e sugere a formação de um grupo com representante dos três entes federados para discutirem as especificidades de cada Unidade para depois entrar na pauta da CIB, que a proposta não foi discutida, anteriormente, para chegarem a um consenso. Sugeriu a retirada do assunto da pauta.



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



cosems | GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

**Dr. Mauro Teobald - Superintendente da SGI/SES** - diz que discorda do Dr. Sérgio uma vez que esse assunto vem sendo discutido há muito tempo. O Estado vem recebendo recursos MAC menores devidos os problemas já mencionados aqui.

**Dra. Andréia Abbes – Secretária Municipal de Saúde de São João D’Aliança** - afirma que o assunto foi bem posicionado e o locus para discussão é o GT de Gestão e Governança e muito oportuno no momento. Citou exemplo da Urgência que está dando certo e critica a falta de transparência na regulação atual do município de Goiânia. Conclui dizendo que como representante da Região concorda com a proposta do Estado. O recurso MAC não é dos municípios e sim da população de Goiás.

**Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas** - concordou que o fórum de discussão é o GT e não há necessidade de outro grupo.

**Dr. Douglas Alves – SMS de Jandaia** - destaca que como está atualmente ocorre iniquidade no acesso e que o assunto vem se arrastando no mínimo há oito anos e que todos os municípios estão interessados nessa mudança. E que o espaço do GT é o mais democrático.

**Dr. André Luiz Matos - SMS de Goiânia** - também concorda que o espaço para a discussão seja o GT, mas lembra que não só os pacientes dos municípios do interior têm fila de espera que os de Goiânia, também têm. Existem falta de vagas e não será passando a Regulação para o Estado que o problema será solucionado e sugere que o assunto seja encaminhado para a Pauta CIB para apresentação e discussão.

**Dr. Sandro Batista Rodrigues – SAIS/SES** - diz que esse é o momento certo para a pactuação. Que não há intempestividade em discutir e pactuar nesse momento. Que há muito tempo o assunto vem sendo discutido. Que para discutir Redes de Atenção é preciso resolver a regulação, o acesso.

**Dra. Verônica - Presidente COSEMS** - faz uma reflexão dizendo que o grande problema é a diferença de acesso dos cidadãos do interior comparados com os de Goiânia. Essa é a grande chave do problema. Que há três anos, no mínimo isso vem sendo discutido. Essa pauta já foi discutida nas cinco macrorregiões. Que precisa haver transparência, que hoje não tem. Que se isso for pactuado deverá haver transparência por parte do Estado, na urgência e emergência, como também nas eletivas. Sobre os 100milhões não há problema porque já é passado para o teto do Estado. Na gestão passada do município de Goiânia já se discutia esse assunto das deficiências da regulação, mas não houve avanço. A SES garantiu que os municípios não precisarão pactuar com o Estado e os tetos MAC então poderão ser usados pelos municípios para



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS | GO



Comissão Intergestores Bipartite

### COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

pactuarem onde tem oferta de serviços. Que os valores do MAC que ficarão com os municípios poderão ser usados no PRI. Também para pactuar com outros municípios que tem capacidade de oferta. Que o conceito de Gestão Única não pode dificultar o acesso, princípio garantido na legislação do SUS. A ambulância do SAMU de seu município não tem acesso ao Materno Infantil como a de Goiânia. Mas, assume que os municípios também precisam fazer sua parte. E que não pode ser falado que o problema é que os municípios do interior não se organizam. O COSEMS continuará cobrando transparência na regulação de acesso e por fim, concorda que o assunto deve ir para discussão e pactuação. Com a COVID, a regulação única deu certo, então é importante trazer para outras áreas.

**Dra. Luciana Vieira – Subsecretaria/SES** - nenhum momento essa discussão é política, e sim, é técnica e conceitual. Enquanto Unidades Estadual só tem lógica se for para atender a população de todo o estado, com maior flexibilidade e melhor acesso. Enquanto unidades de referência intermunicipal tem que ser geridas por um único gestor sem intermediação. Portanto, tem que ter governança única, sem haver intermediação. Tornando mais fácil de se fazer ajustes internos. Não é um assunto novo. É uma premissa dessa gestão a melhoria da regulação no Estado. Com relação aos recursos a SES não está pensando nos recursos MAC dos municípios. Hoje o Estado já banca essas Unidades. Um ano de PCEP com o município de Goiânia não cobre um mês de gastos com as Unidades. Se o estado presta serviço não faz sentido os municípios passarem recursos para o Estado. O Estado é mais forte e já recebe através dos impostos, oriundos também dos municípios. O conceito está errado: Unidades Estaduais precisam ser reguladas pelo Estado para atender de forma equânime toda a população do Estado. Todas as filas existentes serão respeitadas. As filas não são dos hospitais, e sim da regulação. É mais fácil a SES discutir direto com suas Unidades do que através de intermediários. Existem processos, pessoas e sistema para fazerem. A CIB é soberana. A forma não pode ser maior que o conteúdo. A CIB harmoniza os problemas. Se vai ser usada a rede estadual o acesso deve ser único, o acesso deve ser o mesmo para todos os cidadãos de Goiás. Concorda que deve ir para pauta da CIB para discussão e pactuação.

**ENCAMINHAMENTO:** vai para a pauta da CIB como apresentação e discussão e pactuação

**NOME COMPLETO E ORIGEM DOS PARTICIPANTES DA DISCUSSÃO:**



**SES**  
Secretaria de Estado  
da Saúde



**COSEMS | GO**



Comissão Intergestores Bipartite

## **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB**

**Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES**

**Dr. Mauro Theobald – Superintendente da Gestão Integrada/SGI**

**Dra. Verônica Savatin Worttrich – Presidente COSEMS**

**Dra. Andreia Abbes – 1ª Vice-Presidente do COSEMS e Secretária de Saúde de São João D'Aliança**

**Dra. Luciana Vieira – Subsecretária/SES**

**Dr. Sérgio Nakamura – SMS de Goiânia**

**Dr. Douglas Alves - SMS de Jandaia**

**Dra. Patrícia Palmeira Fleury – SMS de Inhumas**

**Dr. André Luiz Matos– SMS de Goiânia**

**Dr. Sandro Batista Rodrigues– Superintendência de Atenção Integrada à Saúde - SAIS/SES**

**2.2 – Pactuar a revisão das pactuações intermunicipais de Alto Horizonte, Cachoeira Dourada, Doverlândia, Gameleira de Goiás, Goianápolis, Perolândia, Rio Quente e Rio Verde, com efeitos a partir da competência outubro/2021, parcela 11. (GPI/SGI)**

### **RESUMO DA DISCUSSÃO:**

**Dr. Ricardo Nunes – GPI-SESGO** apresentou as alterações por meio de uma tabela em slide, descrevendo cada uma das alterações.

**Dr. André Luiz Mattos – SMS Goiânia** solicitou que Dr. Ricardo lhe enviasse a tabela apresentada.

**Dr. Douglas Alves de Oliveira – Vice-Presidente COSEMS e Secretário Saúde de Jandaia** disse que falava no lugar da Verônica. Está pactuado.

**ENCAMINHAMENTO: vai para a pauta da CIB para pactuação.**

**2.3 - Pactuar a solicitação da Secretaria Municipal de Paranaiguara de revisão do teto dos recursos financeiros para ações e serviços de média complexidade com o incremento do montante anual de R\$ 491.451,89 por parte do Ministério da Saúde, ou seja, aumentando o Teto MAC de R\$ 288.548,11 para R\$ 780.000,00. (Regional de Saúde SUDOESTE I).**



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



COSEMS | GO



Comissão Intergestores Bipartite

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

### RESUMO DA DISCUSSÃO:

**Dr. Luiz Felipe – Regional de Saúde Sudoeste I** - passou a palavra para o **Dr. Acácio Secretário de Saúde de Paranaiguara** – solicitou o aumento teto MAC visto que sua série histórica justifica, e o município está com dificuldade para dar seguimento aos serviços diante da falta de recursos financeiros.

**Dr. Ricardo Nunes – GPI-SESGO** disse que tecnicamente esse assunto sendo pactuado em CIB o recurso poderá ser requisitado ao Ministério da Saúde.

**Dra. Verônica Savatin Worttrich – Presidente COSEMS** disse que não havia nenhuma objeção do COSEMS.

**Dr. Severino** representando a Emanuele da **SMS de Caldas Novas** solicitou que Dr. Ricardo lhe encaminhasse a tabela que foi apresentada.

**ENCAMINHAMENTO: vai para a pauta da CIB para pactuação.**

**2.4 - Pactuar alterações dos procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar por abrangência do Município de Cachoeira Dourada. (SMS – Cachoeira Dourada)**

**RESUMO DA DISCUSSÃO:** o assunto já foi discutido no item 1.1 desta pauta

**ENCAMINHAMENTO: vai para a pauta da CIB.**

**2.5 – Pactuar alteração dos procedimentos de Ressonância Magnética do Município de Jandaia, retirando do Município de Goiânia 10%, passando este percentual para Aparecida de Goiânia. (SMS – Jandaia)**

### RESUMO DA DISCUSSÃO:

**Dr. Douglas Alves de Oliveira – Secretário Saúde de Jandaia** - disse que o texto da pauta não está correto, pois se trata da retirada de 70% e não 10%. Disse que o motivo é que Goiânia está com dificuldade para liberar a ressonância para Jandaia com tempo razoável e ao mesmo tempo Aparecida tem um certo excedente no Hospital Municipal que disponibiliza esse procedimento



SES  
Secretaria de Estado  
da Saúde



cosems | GO



Comissão Intergestores Bipartite

### **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB**

e mais alguns prestadores, para melhorar SMS Jandaia optou retirar 70%. Os 30% que permanecerão com Goiânia servirá para alguma demanda do Hospital Araújo Jorge ou alguma demanda de urgência que precise ser realizada em Goiânia mesmo. São 70% para Aparecida 30% para Goiânia e ele disse que foi comunicado para Andressa da SMS Goiânia.

**Dr. Ricardo Nunes – GPI/SGL/SES** - pediu para fazer uma correção, atualmente a ressonância de Jandaia está dividida em 40% para Goiânia e 60% para Aparecida de Goiânia, portanto o texto da pauta está correto.

**Dr. Douglas Alves De Oliveira – Secretário Saúde de Jandaia** - se desculpou pela informação dele que não estava correta e concordou.

**Dr. Luciano Moura – Diretor Vigilância Sanitária e Apoio da SMS Aparecida de Goiânia** - também concordou que o texto está correto.

**Dr. Sérgio Nakamura – SMS Goiânia** - também confirmou que atualmente são 40% para Goiânia.

**Dra. Verônica Savatin Worttrich – Presidente COSEMS** - disse que pelo COSEMS está tudo certo.

**ENCAMINHAMENTO: vai para a pauta da CIB para pactuar.**

#### **4. INFORMES**